



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009116-71.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Concessão**
 Requerente: **Maria Belanisia Tornich**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Maria Belanisia Tornich move ação contra São Paulo Previdência – SPPREV, objetivando a cessação de descontos que a ré está ilegalmente efetuando na pensão por morte percebida pela autora, assim como a condenação da ré na obrigação de restituir integralmente os valores que foram indevidamente descontados. Como fundamentos para a sua pretensão, alega (a) a decadência do direito da Administração Pública de anular os próprios atos (b) nulidade dos descontos porquanto não oportunizado à autora, previamente, qualquer contraditório (c) violação às garantias constitucionais da irredutibilidade da pensão e ofensa à dignidade humana (d) incidência, no caso, da teoria da fato consumado, pois a autora recebe o benefício há mais de 15 anos.

Liminar indeferida.

Contestação oferecida, alegando a ré que não se trata de descontos e sim de repartição da pensão por morte com a filha da autora, em razão de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

decisão judicial proferida no processo 009472-20.2016.8.26.0566, em andamento nesta mesma Vara da Fazenda Pública de São Carlos.

A autora ofereceu réplica, aduzindo que a autora não integrou o processo judicial de onde emanada a ordem, e, no mais, reiterou os termos da inicial.

O juízo promoveu a juntada aos autos de cópia integral do cumprimento provisório de sentença de onde emanada a ordem de pagamento de metade do benefício em favor da filha da autora.

Sobre a juntada, manifestaram-se as partes.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Indefiro o requerimento de págs. 345/347 formulado pela autora no sentido de que seja desentranhada dos autos a cópia integral do cumprimento provisório de sentença nº 0009472-20.2016.8.26.0566, págs. 177/342, cuja juntada foi promovida pelo juízo consoante decisão de pág. 176.

Trata-se de prova pertinente e relevante, alinhada ao objeto cognitivo do feito, razão pela qual o magistrado agiu com respaldo no art. 370 do Código de Processo Civil.

No mérito, improcede a ação, desde que se compreenda a origem do "desconto" que está sendo questionado nestes autos, o que fica bem claro com o exame da cópia integral do cumprimento provisório de sentença nº 0009472-20.2016.8.26.0566, acima referida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo a discorrer sobre a cronologia dos acontecimentos.

Num primeiro momento, o que se tinha – sem qualquer contrariedade por parte da autora - era o pagamento da pensão por morte em favor da autora e sua filha, meio a meio (a divisão ainda anterior, entre a autora, a filha e o filho, não é relevante no caso).

A SPPREV moveu ação judicial somente contra a filha da autora, para que fosse cessado o benefício a esta (folhas 204/215), caso em que a parcela da filha seria automaticamente passada à autora.

A autora não tinha como ser prejudicada com a propositura daquela ação, porque (a) se a ação fosse acolhida, a autora seria indiretamente beneficiada, passando a absorver a parcela da pensão por morte que anteriormente era paga à sua filha (b) se a ação fosse desacolhida, a autora continuaria recebendo metade da pensão.

Tendo em vista tal fato, é evidente que a autora não precisava compor o pólo passivo daquela demanda, porque alguém que vá na pior das hipóteses manter a sua situação atual, e na melhor delas ser beneficiada, não terá seus bens e direitos expostos a risco com o referido processo.

Quando proferida a sentença daquele feito, folhas 216/219, a ação foi julgada procedente e foi concedida tutela antecipada, em sentença, "para determinar a imediata cessação dos pagamentos ...".

Sentença proferida em 02.09.2013, o que explica a data em que a pensão passou a ser paga inteiramente para a autora, consoante folha 100: 09.12.2013.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Todavia, em segundo grau a apelação foi provida, consoante folhas 299/308, julgando-se improcedente a ação, ou seja: determinando-se que se retornasse à divisão prévia à propositura daquela ação, com o pagamento de metade da pensão à autora, e metade à sua filha.

Embora não tenha transitado em julgado o acórdão, certamente que com a sua prolação cessam os efeitos da tutela antecipada concedida em sentença, de modo que se impunha, realmente, o restabelecimento da divisão inicial.

Se não bastasse, a filha da autora, aliás patrocinada pelo mesmo advogado que assiste a autora nos presentes autos, promoveu o cumprimento provisório de sentença, a fim de que fosse imediatamente restabelecida a divisão, consoante folhas 177/200.

Nesse cenário, não há dúvida de que os descontos questionados pela autora não passam do restabelecimento de uma situação anterior e legal, em razão de terem sido sustados os efeitos de uma tutela de urgência provisória, precária e reversível que a beneficiava.

Nenhuma necessidade de participação da autora no referido processo era necessária, mesmo porque jamais ela propôs qualquer ação contra sua filha, objetivando o recebimento de 100% da pensão.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

Fica indeferida a Gratuidade da Justiça requerida pela autora, já que a pensão por morte por ela recebida é significativa, consoante *holerites* que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

instruem a inicial, vg folhas 25/26, confirmados pelo total de rendimentos tributáveis indicados na declaração de imposto de renda às folhas 162/175, salientando-se que as custas e despesas e honorários, no juizado, não são expressivas. Mesmo os gastos mensais pela autora relatados às folhas 159/161 em nada a impossibilitam de arcar com custas, despesas e honorários sem o prejuízo próprio ou da família.

P.I.

São Carlos, 13 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**